

epi. Orçamento

Landim não conseguiu explicar sua riqueza

■ Depoimento de deputado do Piauí, que movimentou US\$ 1,7 milhão em 5 anos, foi comparado a queijo suíço: cheio de furos

Brasília — Josemar Gonçalves

BRASÍLIA — O deputado Paes Landim (PFL-PI), em longo depoimento prestado à CPI do Orçamento, não conseguiu explicar o volume de sua movimentação bancária nos últimos cinco anos, que segundo levantamento da Subcomissão de Bancos atingiu cerca de US\$ 1,7 milhão, e admitiu que recebeu doações ilegais para sua campanha em 1990. “Nesse ano, tive ajuda de muitos amigos e recebi adiantamentos de trabalhos de advocacia para fazer frente às despesas de campanha”, disse Landim.

“Não sei se consegui convencer, mas minha consciência está tranquila”, afirmou Landim, após o depoimento. O relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), declarou, entretanto, que Landim “precisa explicar essa movimentação financeira acima da média”. Para o líder do PDT na Câmara, deputado Luiz Salomão (RJ), “há depoimentos que parecem queijo suíço: têm buracos mas consistência. O do Landim só teve furos”.

Contador — No depoimento, Landim contestou as cifras de sua movimentação bancária apresentadas pela CPI. “Não batem com os números que consegui levantar, com a ajuda de meu modesto contador”, disse. Em 1990, por exemplo, ele teria recebido créditos no valor de US\$ 803 mil. “Nas contas do meu contador, não chegaram a US\$ 500 mil”, alegou. Landim vai se reunir com a Subcomissão de Bancos, para checar as discrepâncias entre os dois levantamentos.

Para o parlamentar, a diferença pode ser explicada pelo fato de ele, quase todos os meses, pedir adiantamento de seus vencimentos à tesouraria da Câmara. Como esses empréstimos eram pagos posteriormente através de cheques, suas contas registravam dois créditos (o do adiantamento e o do lançamento do salário) para apenas uma entrada efetiva de dinheiro.

O deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) não ficou satisfeito com a



Landim confessou não ter declarado ao Imposto de Renda honorários recebidos como advogado de empresas

explicação. “Isso no máximo poderia dobrar seus créditos. Mas eles são pelo menos três vezes superiores aos seus rendimentos de claros”, rebateu Mercadante.

Landim disse que desde que retornou à política, em 1986, seu patrimônio pessoal diminuiu. “Antes eu tinha um excelente apartamento e ia à Europa todo ano. Agora não posso e tive de vender o imóvel para financiar minha campanha. Hoje moro num apartamento da Câmara”, afirmou. O argumento pareceu convencer o senador Pedro Teixeira (PP-DF), que foi em seu socorro: “Vossa Excelência, como dizem os jovens, tornou-se um *durango*. Nessa CPI já passaram muitos casos de enriquecimento ilícito. O seu é de empobrecimento lícito”.

A maioria da CPI, porém, não teve a mesma boa vontade. Salomão pressionou Landim, citando os números de sua movimentação bancária: US\$ 290 mil em 1989, US\$ 833 mil em 1990, US\$ 300 mil

em 1991, US\$ 275 em 1992 e US\$ 77 mil até agosto deste ano. Salomão perguntou se o depoente prestava serviços de advogados a empresas. Landim confirmou, ressaltando que isso não é ilegal, desde que não envolva causas contra a União. Salomão perguntou por que não incluiu os honorários em suas declarações de renda. Landim alegou que prestava serviços a três empresas sem pagamento efetivo, em retribuição a adiantamentos feitos para ajudar sua campanha. “Isso é sonegação”, disse Salomão.

Lapso — O parlamentar piauiense ficou tão desconcertado que, ao ser inquirido em seguida por Mercadante, chamou-o várias vezes de Salomão, arrancando seguidas gargalhadas do plenário. Depois de repetir o lapso quase dez vezes, Landim pediu desculpas a Mercadante: “Cometi uma injustiça, Vossa Excelência é mais sereno que o deputado Salomão”. “Não precisa se explicar, deputado.

Freud explica”, brincou o parlamentar petista.

Landim negou a acusação de que teria apresentado emendas ao orçamento para favorecer à empreiteira Servaz. Documentos da empresa apreendidos pela CPI trazem o nome do deputado e, anotada ao lado, a percentagem de 3%. O parlamentar disse que teve apenas duas emendas aprovadas nos últimos anos. Uma delas, a da construção de um trecho de uma estrada até Picos (PI), entregue a um batalhão de engenharia do Exército. A outra, o açude de Genipapo, também no Piauí, está a cargo da Servaz.

Segundo o deputado Luiz Salomão, que visitou a região, a obra está muito atrasada e a licitação foi feita em condições muito estranhas. “Foi uma concorrência viciada”, garantiu o líder do PDT. “Apresentei a emenda antes da licitação. Para mim é indiferente quem está fazendo o açude. Para mim, o importante é a obra”, rebateu Landim.